

# Simonsen admite decreto-lei

O ex-ministro da Fazenda e Planejamento, Mário Henrique Simonsen, considerou normal que a revisão do Orçamento Geral da União tenha sido feita por decreto-lei, assinado pelo presidente José Sarney, na sexta-feira passada. Em sua avaliação não existe qualquer inconveniente em relação à forma que a revisão foi realizada. O artigo 55 da Constituição em vigor exige que o próprio decreto-lei seja apresentado ao Congresso para apreciação. Só na hipótese de o Congresso não se manifestar sobre o assunto é que a matéria estará aprovada.

Existe ainda, segundo o ex-ministro, a possibilidade de o Congresso rejeitar a revisão indicada pelo presidente da República ou até propor uma lei modificativa alterando alguns itens sugeridos no decreto-lei. "Em todos os países", ensina, "a lei orçamentária é a que maior discussão provoca no Congresso, e isso geralmente leva alguns meses até se chegar a uma solução comum."

**Exótico** — O fato de o decreto-lei criar um novo sistema de indexação do orçamento,

permitindo sua atualização mês a mês e eliminando a necessidade de revisões periódicas como antes, também não surpreendeu o ex-ministro. A mesma aprovação foi manifestada em relação à diversidade dos indexadores embutidos na proposta governamental. "O nosso sistema de indexação é bastante exótico, e esses são fatos que temos que considerar como reais. Os salários estão, de fato, indexados na Unidade de Referência de Preços (URP); a dívida externa à taxa de câmbio; e a dívida interna às Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Não há qualquer possibilidade de se fazer um orçamento de outra maneira", disse.

Também o reajuste de 83% que praticamente duplicou o orçamento em relação ao que foi fechado no início do ano (de Cz\$ 4,53 trilhões para Cz\$ 8,28 trilhões) foi entendido por Simonsen como uma consequência natural do nosso processo inflacionário. "Tudo foi feito de acordo com a legislação em vigor, restando ao Congresso aprovar, rejeitar ou modificar a matéria."